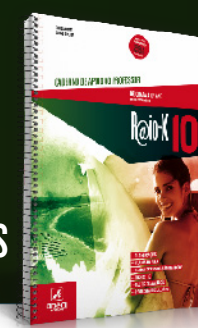


PÁG 52-53

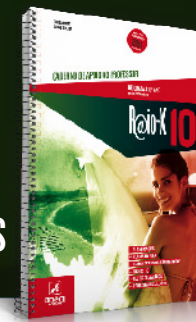
- 1.1.** A população portuguesa no período considerado aumentou, passando de cerca de 8 500 000 habitantes, em 1950, para 10 562 178 habitantes, em 2011. Contudo, este aumento não foi regular, assistindo-se ao seu decréscimo da década de sessenta e na segunda metade da década de oitenta. A tendência de aumento, no entanto, manteve-se, apesar do abrandamento registado nos últimos anos e testemunhado entre 2001 e 2011, onde o seu crescimento rondou os 2%.
- 1.2.** Taxa de crescimento efetivo.
- 1.3.** Considera o crescimento real da população, dado que contempla as dinâmicas responsáveis pelo aumento, pela diminuição ou estagnação da população, em cada 1000 habitantes ou em cada 100 habitantes.
- 1.4.**
 - a)** Diferença entre a natalidade e a mortalidade, durante um ano, num determinado território.
 - b)** Diferença entre a imigração e a emigração, durante um ano, num dado território.
 - c)** Número total de nados-vivos ocorridos durante um ano num determinado território.
 - d)** Número total de óbitos ocorridos durante um ano num determinado território.
 - e)** Crescimento real da população durante um ano, por cada mil habitantes (ou cem habitantes).
 - f)** Crescimento natural por cada mil habitantes; é a diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade.
 - g)** Número total de nados vivos por cada mil mulheres em idade fértil (dos 15 aos 49 anos).
 - h)** Número total de óbitos registados por cada 1000 habitantes, durante um ano e numa dada área.
 - i)** Saldo migratório durante um certo período de tempo, normalmente um ano, referido à população média desse período.
- 1.5.** A resposta deverá incidir:
Na década de 60 população decresceu, em virtude do saldo migratório ter sido negativo, apesar do crescimento natural ter sido positivo. Assim, o:
 - > saldo migratório foi negativo (foi o maior surto emigratório da nossa história, que se desenvolveu sobretudo para os países da Europa Ocidental) e Guerra Colonial;
 - > crescimento natural decresceu, resultado do decréscimo da natalidade.
- 2.1.** Saldo migratório positivo.
- 3.1.** A taxa de natalidade tem decrescido no período considerado, passando de cerca de 21 ‰, em 1950, para 9,2 ‰, em 2011.
- 3.2.**
 - > O desenvolvimento e a prática corrente do planeamento familiar e a generalização da utilização de métodos contraceptivos;
 - > A emancipação feminina, a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho;
 - > O aumento das despesas com os filhos, com a educação, saúde, alimentação...;
 - > A melhoria do nível de vida da população e a maior preocupação em possuir e manter um maior conforto e qualidade de vida;
 - > O decréscimo do número de casamentos e o aumento do número de divórcios.
 - > O aumento da idade média do casamento e do nascimento do primeiro filho, devido em parte, ao prolongamento dos estudos e às dificuldades de acesso ao primeiro emprego, ao aumento do desemprego. (Associado ao crescente desejo de realização profissional e pessoal está também o emprego precário e o desemprego crescente);
 - > As dificuldades na aquisição de habitação, sobretudo nas cidades.



- 3.3.** Aumento do saldo migratório, resultante do aumento da imigração.
- 3.4.** Deverá ser referido além, de fatores presentes na resposta à questão 3.2: a diminuição do saldo migratório, em virtude do decréscimo da imigração e do aumento da emigração, fruto da conjuntura económica do país.
- 4.1.** França.
- 4.2.** 1960-1973.
- 4.3.** Espaço: intracontinentais; Tempo: começa a par da definitiva a verificar-se o incremento da temporária.
- 4.4.** O maior e mais importante fluxo emigratório nacional deveu-se a uma correlação de fatores, desfavoráveis em Portugal e atrativos nos países da Europa Ocidental. Assim, Portugal, com uma população jovem, com falta de estruturas de apoio à família e às atividades socioculturais, com uma economia assente numa agricultura tradicional, em baixos salários, elevado desemprego e baixo nível de vida, a braços com uma guerra colonial e com um regime político ditatorial, tornou-se pouco atrativo a uma população que encontrou nos países da Europa Ocidental "o seu mundo de oportunidades".
Os Países da Europa Ocidental encontravam-se numa fase de prosperidade económica, proporcionada pelo fim da II Guerra Mundial, mas sofriam de uma elevada carência de população ativa, resultante dos anteriores fluxos emigratórios intercontinentais, e da elevada mortalidade durante as duas Grandes Guerras Mundiais. A necessidade de expansão económica e de reconstrução das suas estruturas produtivas provocou nestes países necessidade de mão de obra barata para a indústria, construção civil e serviços pouco qualificados.
- 5.1.** O aumento da emigração de população jovem.
- 5.2.** **a)** Em ambas as situações, a causa é económica.
b) Estrutura etária: 1960 – jovem e adulta, bem como na atualidade.
Género: 1960 – masculino; na atualidade apesar da sobremasculinização, assiste-se ao aumento da emigração feminina;
Qualificação: 1960 – desqualificada e com baixa instrução e formação; na atualidade, caracteriza-se pela elevada qualificação.
c) 1960 – predominava os países da Europa Ocidental, como França e Alemanha; na atualidade assiste-se a uma diversificação dos destinos, onde para além de destinos tradicionais da Europa, emergem destinos como Angola.

PÁG 69

- 1.1.** A resposta deve basear-se nos seguintes aspetos ou outros considerados relevantes:
- > no decréscimo da taxa de natalidade, visível no estreitamento da base da pirâmide.
 - > no aumento do número de efetivos, visível nas classes etárias mais avançadas, traduzidas no alargamento da pirâmide.
- O menor número de jovens, associado ao decréscimo da taxa de natalidade, tem resultado de fatores como: a melhoria do nível de vida da população e a maior preocupação em possuir e manter um maior conforto e qualidade de vida; o aumento da idade média do casamento e do nascimento do primeiro filho, devido, em parte, ao prolongamento dos estudos e às dificuldades de acesso ao primeiro emprego, ao aumento do desemprego; a diminuição da imigração e aumento da emigração.
- O maior número de idosos resulta de fatores como: a quebra da natalidade; o aumento da emigração de população jovem; o aumento da esperança média de vida.



- 2.1. Relação entre o número de idosos e o número de jovens, isto é, número de idosos por cada 100 jovens. (Exprime-se normalmente em percentagem).
- 2.2. Aumentou, passando de 102 para 128, no período considerado.
- 2.3. Em 2001, em cada 100 jovens existiam 102 idosos, enquanto em 2011 em cada 100 jovens existem 128 idosos.
- 2.4. Contínuo decréscimo da taxa de natalidade, aumento da esperança média de vida e aumento da emigração de população jovem.
- 3.1. O aumento do envelhecimento da população tem vindo a ocorrer de forma generalizada em todo o território, não estando localizado apenas no interior do país. As Regiões Autónomas apresentaram os menores índices de envelhecimento do país, respetivamente, 73 na RA Açores e 91 na RA Madeira. As regiões do Alentejo e Centro registaram, pelo contrário, os valores mais elevados, sendo as regiões mais envelhecidas, com índices de 178 e 163, ao que se seguiu a região do Algarve, com um índice de 131. Estas três regiões apresentaram valores acima da média nacional.
- 3.2. A resposta deve incidir no facto de: as regiões com maior índice de envelhecimento são as que estão associadas aos menores valores de taxa de natalidade e aos maiores fluxos de saída de população, sobretudo jovem, contrariamente ao que se verifica nas regiões, onde este índice é mais baixo.
- 4.1. Em 2012, o desemprego aumentou e o emprego diminuiu em todas as regiões do país, com exceção da região Centro, **onde o desemprego não aumentou.**

PÁG 82-83

- 1.1. a) Índice de dependência de jovens.
b) Índice de dependência total.
c) Índice de dependência de idosos.
- 1.2. **Índice de dependência de jovens:**

$$IDJ = \frac{1\ 572\ 329}{6\ 979\ 785} \times 100$$

$$IDJ = 22,5\%$$

$$IDJ = 23\%$$

Índice de dependência de idosos:

$$IDI = \frac{2\ 010\ 064}{6\ 979\ 785} \times 100$$

$$IDI = 28,8\%$$

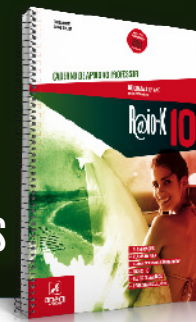
$$IDI = 29\%$$

Índice de dependência total:

$$IDT = 23 + 29$$

$$IDT = 52\%$$

- 1.3. Em 2011, existiam 52 pessoas dependentes por cada 100 pessoas em idade ativa.



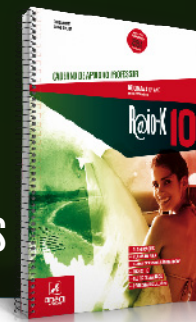
- 1.4. Existe um desequilíbrio na estrutura etária, o que pode levar a que o país, no geral, por exemplo, tenha mais dificuldade em produzir e obter riqueza; sofra um decréscimo das contribuições para a segurança social.
- 2.1. 215,4 – 325,2
- 2.2. Alentejo
- 2.3. Tâmega, Ave, Cávado, RA Açores e RA Madeira.
- 2.4. A resposta deve basear-se nos seguintes aspetos ou outros considerados relevantes:
> Taxa de natalidade mais elevada: existe um maior número de pessoas em idade fértil.
> Taxa de mortalidade mais baixa: existe uma estrutura etária menos envelhecida.
- 2.5. Alentejo.
- 2.6. Decréscimo da taxa de natalidade e aumento dos fluxos de saída de população, sobretudo jovem.
- 3.1. C.
- 3.2. A.
- 4.1. Aumento dos custos sociais para o Estado, com o pagamento de subsídios de desemprego e do subsídio social de desemprego; condicionamento do crescimento da economia nacional.
- 4.2. Crescimento sustentável da economia nacional, através da criação de condições económicas que favoreçam o crescimento do investimento produtivo e traduzam o aumento da produtividade da economia.

PÁG 89

- 1.1. Política natalista.
- 1.2. Política que visa o aumento da natalidade, através de determinadas medidas de apoio às famílias, por parte do Estado.
- 1.3. A resposta deverá basear-se nas seguintes medidas ou outras consideradas relevantes:
Aumento do abono de família a famílias numerosas; redução dos encargos fiscais a famílias numerosas; alargamento da licença de parentalidade.
- 1.4. A resposta deverá basear-se nas seguintes medidas ou outras consideradas relevantes:
Aumento do abono de família (pago a partir do 3.º mês de gravidez; duplica a partir do 2.º filho e triplica a partir do 3.º filho); aumento da rede de infantários e creches públicas; redução de impostos para famílias numerosas; aumento do período de licença de parentalidade.
- 2.1. Doação de um abono familiar mensal, durante três anos, para todas as crianças que nasçam em 2013.
- 2.2. A resposta deverá basear-se nas seguintes medidas ou outras consideradas relevantes:
Decréscimo do envelhecimento demográfico e fixação da população, de forma a combater o despovoamento.
3. D.

PÁG 103

- 1.1. Litoralização.
- 1.2. Processo de progressiva concentração de população e de atividades económicas ao longo da faixa litoral (associado à perda de importância do interior).



1.3. Fatores Humanos.

Mobilidade da população: Despovoamento do interior (êxodo rural).

1.4. O êxodo rural tem sido responsável pela redistribuição da população no território nacional, com o despovoamento do interior, devido à saída de um elevado número de habitantes para as áreas urbanas, localizadas no litoral nacional, sobretudo a norte do Sado, o que se reflete nos desequilíbrios demográficos regionais:

- > no interior, nas áreas rurais, a saída de população jovem e adulta em idade de procriar e trabalhar provoca o decréscimo demográfico, o envelhecimento da população e um menor dinamismo socioeconómico;
- > no litoral, nas áreas urbanas, a chegada de população contribui para o seu aumento e rejuvenescimento, para a expansão urbana e surgimento de mais infraestruturas de apoio e para um maior dinamismo socioeconómico.

1.5. Naturais: clima; relevo; fertilidade do solo.

Humanos: fixação de atividades económicas; atração urbana; acessibilidade.

1.6. Atividades económicas:

- > O litoral, mais atrativo à fixação das atividades económicas dos setores secundário e terciário, por isso mais favorável à criação de emprego e de riqueza, promove a atração e fixação da população.
- > O interior, com o desenvolvimento industrial e terciário mais modesto, está ainda muito dependente da agricultura, oferecendo escassas ofertas de emprego fora do setor primário.

Acessibilidade:

- > A existência de uma boa rede de transportes favorece o desenvolvimento e fixação das atividades económicas e da população, dado que promove a diminuição das distâncias e facilita a mobilidade das pessoas e bens. O litoral apresenta uma melhor e mais densa rede de transportes, o que tem favorecido a crescente urbanização, a concentração das atividades económicas e da população.

Atração urbanas:

- > As cidades constituem importantes polos de crescimento económico e de desenvolvimento, monopolizando a maioria das atividades económicas, sociais e culturais, proporcionando emprego e a possibilidade de melhoria da qualidade de vida, o que as torna atrativas à fixação da população.
- > O litoral concentra o maior número de cidades e de maior dimensão.
- > O interior apresenta cidades em menor número e dimensão, destacando-se, na generalidade, as capitais de distrito, com maior dinamismo demográfico e socioeconómico.

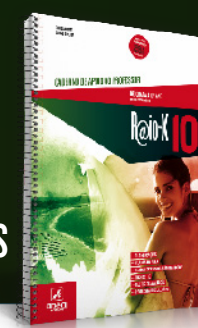
2.1. Instrumento de Ordenamento do Território de natureza regulamentar, em que a sua elaboração é obrigatória, e da responsabilidade dos Municípios. O PDM com âmbito territorial concelhio tem como propósito estabelecer o modelo de estrutura espacial, assente na classificação do solo e nos índices urbanísticos, atendendo aos objetivos de desenvolvimento.

2.2. Municipal.

2.3. Proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população; assegurar a gestão racional dos recursos endógenos; preservar o equilíbrio ambiental; resolver conflitos na gestão e uso do território; corrigir as assimetrias socioeconómicas regionais.

2.4. Objetivo: harmonizar o processo de crescimento económico e urbano com o bem-estar social e a preservação do ambiente e do património natural e paisagístico do concelho.

Orientações: minimização dos problemas de natureza ambiental; criação de emprego com base na mobilização de recursos endógenos e satisfação de carências da população.

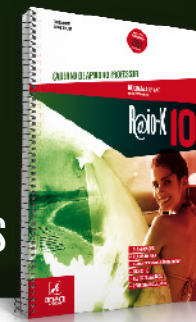


- 1.1. Aumento da produção do subsetor dos minerais metálicos.
- 1.2. Grande diversidade de tipo de rochas; elevado número de pedreiras com elevado valor comercial e de unidades de produção; aumento da competitividade das empresas; maior agressividade dos mercados externos.
- 1.3. Resulta:
 - > do aumento da produção de minerais metálicos. O ano de 2004 marcou uma inversão na evolução dos minérios metálicos, uma vez que o valor da produção aumentou, provocando o crescente interesse pela prospeção e pesquisa de uma série de jazidas, e a viabilidade técnico-económica das minas de Aljustrel, com o projeto de zinco. O aumento da produção dos minerais metálicos foi em parte consequência do aumento das cotações do cobre, do volfrâmio e do estanho, resultante da crescente procura pela Índia e pela China e da diminuição do ritmo de descobertas de grandes jazigos a nível mundial.
 - > da predominância das rochas, ornamentais e industriais, no global da produção mineira nacional.
 - > da relativa estabilização da produção dos minerais não metálicos. Contudo, para dar resposta às exigências da indústria da cerâmica, que é a sua principal consumidora verificou-se: o crescimento dos maiores centros produtores destes minerais; o incremento de novas tecnologias; o aumento da qualidade das matérias-primas.
- 1.4. Rochas ornamentais e industriais.
- 1.5. Entre 2008 e 2009, assistiu-se a um decréscimo, em resultado, por exemplo, do subsetor das rochas, que registou a diminuição da produção de mármore, sobretudo em 2009, em consequência da crise no setor, provocada pela globalização; pela deficiente estrutura comercial das empresas portuguesas nos mercados internacionais.

Entre 2009 e 2010, registou-se um aumento resultante sobretudo:

 - > nas minas, no setor dos minerais metálicos, do aumento da cotação dos metais nos mercados, impulsionado pela expectativa de recuperação da produção industrial das economias mais desenvolvidas, que provocou um forte interesse no investimento de novos projetos, de cobre, de ouro e volfrâmio, por exemplo.
 - > nas rochas, industriais e ornamentais, que continuaram a ser o principal setor da indústria extrativa;
 - > nas águas, no engarrafamento de águas naturais e de nascente, que mantiveram a tendência de crescimento, face ao aumento do consumo de água engarrafada e à diversidade de oferta que tem fidelizado clientes e a aumentar a procura internacional, sobretudo nos países dos PALOP e dos EUA.
- 2.1. A criação de emprego nas áreas mais deprimidas, apesar da diminuição do emprego direto nas minas e nas pedreiras; a melhoria das infraestruturas locais, como, por exemplo, abastecimento de água e a rede rodoviária.
- 3.1. Maciço Antigo.
- 3.2. O maior número de nascentes.
4. A canalização de rendimentos para as áreas desfavorecidas, uma vez que as estâncias termais localizam-se em áreas com fraca concentração industrial; a construção de infraestruturas, como, por exemplo, hotéis, distribuição de energia, vias de comunicação; o aumento da oferta de emprego; a diminuição do êxodo rural; o desenvolvimento do comércio e dos serviços; o intercâmbio cultural.

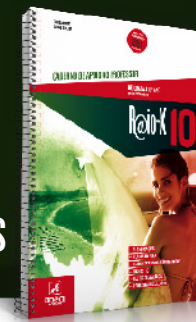
- 1.1. No período em análise, a tendência geral é de decréscimo, de cerca de 86%, em 2000, para cerca de 77%, em 2010. Contudo, assistiu-se a algumas oscilações nesta evolução, destacando-se o ano 2005, com um crescimento superior aos restantes anos, atingindo cerca de 89%.



- 1.2. O incremento da produção de energia a partir das fontes de energia renovável.
- 2.1. 1997.
- 2.2. A diversificação das fontes de energia; a redução da dependência em relação ao petróleo; o aumento da competitividade da indústria; a preservação ambiental; o desenvolvimento regional com o objetivo de diminuir as disparidades, quer económicas quer sociais, que afastam Portugal do resto da Europa.
- 2.3. A resposta deverá basear-se em aspetos como:
A criação de emprego e a diminuição da dependência energética externa.
- 3.1. Energia hídrica, eólica, carvão.
- 3.2. Renováveis: hídrica e eólica.
Não renovável: carvão.
- 3.3. Por exemplo: o aumento da dependência energética de Portugal face ao exterior; aumento da poluição.
- 3.4. O aumento do consumo de carvão na produção de energia elétrica deveu-se, principalmente, à produção de eletricidade a partir de centrais termoelétricas, face à baixa de produção nas centrais hidroelétricas e ao seu preço concorrencial com o do gás natural.
4. Aumentar a contribuição das energias renováveis: hídrica, eólica, solar, geotérmica, biomassa, ondas e marés.

PÁG 161

- 1.1. Desfavorável.
- 1.2. Áreas mineiras abandonadas estão associadas a alguns perigos que podem levar a danos irreparáveis nas áreas envolventes, colocando em causa a segurança e a saúde da população. Assim, a formação de escombros de minas abandonadas, por exemplo, são o principal foco de poluição, por incluírem sulfuretos capazes de reagirem até formarem águas ácidas aumentando o poder de dissolução de elementos químicos tóxicos, lixiviando-os e transportando-os, por vezes, até distâncias consideráveis da origem, e resultando na contaminação de águas superficiais ou subterrâneas.
- 1.3. A exploração intensiva das jazidas a partir de critérios economicistas associado à pequena dimensão e à fraca acessibilidade das minas, ao baixo teor dos minérios e aos elevados custos da mão de obra, refletiram o abandono ou a inatividade das minas.
2. A falta de competitividade da indústria extrativa resulta também dos elevados custos da mão de obra nacional (por exemplo devido aos salários, segurança, prevenção e assistência na saúde) face aos custos da mão de obra de países com grandes reservas, como o Brasil, o Chile, a China. Nestes países, a mão de obra é barata e pouco exigente, o que diminui os custos de produção, o que associado ao aumento da produção nestes países fez descer os preços nos mercados internacionais.
- 3.1. A resposta deve basear-se nos seguintes aspetos ou outros relevantes:
 - > Contaminação do meio ambiente devido: ao destino dos resíduos, ou seja, do material extraído e que é estéril (não é aproveitado). Este vai-se acumulando à superfície em montículos, cuja dimensão vai aumentando – são as escombros. Estes acabam por poder originar, em situações extremas, desabamentos, uma vez que os montes formados são constituídos por vertentes mal consolidadas; à contaminação dos aquíferos, resultante da ação da chuva sobre esses resíduos estéreis. Este material é lixiviado e transportado, acabando por contaminar as águas subterrâneas, que podem ficar impróprias para consumo; aos rebentamentos de explosivos, pelas nuvens de poeiras e pelas crateras resultantes das explorações abandonadas que se transformam em lixeiras ou em depósitos de água que colocam em risco a saúde humana, ao nível físico e psíquico, quer dos trabalhadores quer da população que vive nas áreas limítrofes.



- > Segurança devido: à poluição sonora e das águas superficiais e subterrâneas; ao abandono das minas; às escavações, poços e galerias sem vedações; ao abatimento ou desabamento de terras devido aos trabalhos subterrâneos.

3.2. O litoral.

3.3. Concentra a maior oferta e procura de energia, resultante da maior concentração demográfica.

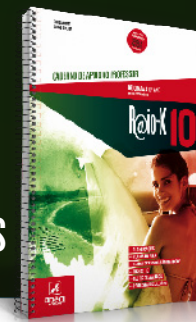
PÁG 169

- 1.1. Pode permitir a criação de condições para novos projetos de valorização das áreas de minas abandonadas, podendo dar origem a novas atividades económicas, à melhoria e surgimento de novos equipamentos e infraestruturas e à criação de emprego.
- 2.1. A eliminação de obstáculos nos processos de licenciamento das energias renováveis, dado o elevado potencial de energias renováveis, como a solar, a hídrica, a eólica, a geotérmica e a biomassa, visando o aumento da produção de eletricidade a partir das fontes de energia renovável; o estimular do aumento da eficiência energética através da melhoria de processos industriais; a promoção do transporte público, visando a diminuição da circulação automóvel, sobretudo nas cidades; a introdução de fontes de energia alternativas ao petróleo nos meios de transporte; a adoção de novos regulamentos de eficiência energética de edifícios, para minimizar o consumo de energia por habitante, como, por exemplo, construir edifícios de forma a tirar partido do Sol no Inverno e a evitá-lo no verão.
- 2.2. Segurança e o abastecimento nacional, através da diversificação das energias primárias, da diversificação da origem geográfica e dos tipos de fontes energéticas, da diminuição da dependência das importações e aposta nos recursos endógenos, da constituição e manutenção de reservas obrigatórias de combustíveis, da aposta na eficiência energética; fomento do desenvolvimento sustentável, através da adoção de mecanismos que concretizem o protocolo de Quioto e da promoção da utilização racional de energia; promoção da competitividade nacional, através da concretização do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL).
- 3.1. Promove o decréscimo da dependência energética nacional face ao exterior.
- 3.2. A diminuição da dependência externa promove um decréscimo dos níveis de poluição e uma melhoria ao nível do meio ambiente.
4. Objetivos comunitários: peso das energias renováveis no consumo de energia final: 20%; redução da produção de gases com efeito de estufa: 20%; redução do consumo de energia final: 20%.

Objetivos nacionais: Redução do consumo de energia primária: 20%; peso das fontes de energia renovável no consumo final bruto de energia: 31%.

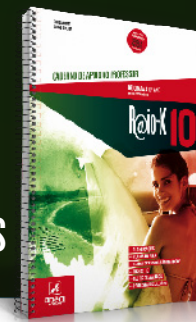
PÁG 193

- 1.1. Só cerca de 51% da radiação solar que chega ao topo da atmosfera atinge a superfície terrestre (radiação solar global) devido aos processos atmosféricos: absorção, uma vez que parte da radiação solar é absorvida pela atmosfera. Os principais absorventes da radiação solar são o ozono, que é o principal retentor de parte das radiações solares que são de pequeno comprimento de onda, nomeadamente a radiação ultravioleta, o vapor de água, o dióxido de carbono, as partículas sólidas e líquidas que absorvem parte da radiação solar de grande comprimento de onda, sobretudo na banda do infravermelho; reflexão, pois a radiação solar ao incidir sobre um corpo vai, em maior ou menor quantidade, sofrer uma mudança de direção, sendo reenviada, por exemplo, para o espaço. A fração de energia que uma superfície reflete em relação ao total de energia nela incidente designa-se de albedo; difusão, uma vez que parte da radiação solar dispersa-se no espaço, isto é, é refletida em várias direções através dos gases e das partículas sólidas e líquidas em suspensão na atmosfera.



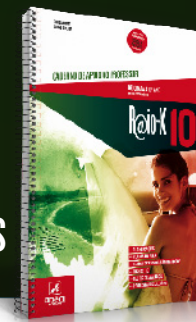
- 2.1. Energia sob a forma de luz e calor libertada pelo Sol e recebida por unidade de superfície.
- 2.2. No geral, diminui de norte para sul; aumenta do litoral para o interior.
- 2.3. Inverno.
- 2.4. A latitude é um fator fundamental na explicação dos contrastes da radiação solar entre o norte e o sul. Nesta estação do ano, os raios solares incidem no território nacional com um menor ângulo de incidência, o que leva a que a massa atmosférica por eles percorrida seja maior, provocando, então, maiores perdas de energia na atmosfera por absorção, reflexão e difusão. Consequentemente, menor é a radiação solar a incidir por unidade de superfície. Contudo, a menor latitude do sul do continente leva a que o ângulo de incidência dos raios solares seja nestas regiões superior ao que se verifica no norte.
- 2.5. Insolação.
- 2.6. Decresce para o interior, dado que aí se localiza uma área de maior altitude, a serra de Sintra, havendo nessa área uma maior nebulosidade, que se faz sentir até determinados valores de altitude e se reflete nos menores valores de radiação solar. Assim, à medida que a altitude aumenta assiste-se a um aumento da nebulosidade, consequentemente uma redução da radiação solar à superfície da Terra.
3. Devido à latitude superior do arquipélago dos Açores face à latitude do arquipélago da Madeira, o que faz com que os Açores estejam durante quase todo o ano fora do abrigo do anticiclone dos Açores, registando uma elevada nebulosidade.
 - 3.1. Período em que o Sol se encontra a descoberto. Exprime-se normalmente em horas por dia, mês ou ano.
- 4.1. * A resposta deve referir dois dos seguintes efeitos dos processos de reflexão e de absorção atmosféricos, ou outros considerados relevantes:
Redução da quantidade de radiação solar que atinge a superfície terrestre; manutenção do equilíbrio térmico da Terra; redução da radiação ultravioleta; aumento/diminuição da amplitude térmica diurna.
- 4.2. *
A resposta deve mencionar duas das seguintes razões que explicam a variação, em latitude, da quantidade de energia recebida por unidade de superfície, ou outras consideradas relevantes:
Variação da altura meridiana do sol; desigualdade da duração do dia e da noite; variação da massa atmosférica atravessada pelos raios solares; variação da intensidade da radiação solar incidente por unidade de superfície.
- 4.3. * A resposta deve apresentar explicitamente o conceito de albedo ou, então, deve apresentá-lo de forma indireta, salientando que a maior capacidade de absorção da radiação das áreas florestais relativamente às áreas cobertas de neve se deve ao facto de as primeiras, por serem mais escuras, absorverem maior quantidade de radiação solar incidente do que as segundas, que, por apresentarem cor mais clara, refletem a maior parte da energia incidente.
- 4.4. * A resposta deve expor que, devido ao aquecimento global, se dá a dilatação térmica do oceano e a fusão das grandes massas de gelo existentes, sobretudo, nas latitudes mais elevadas, ocorrendo, por isso, uma subida do nível médio das águas do mar. Esta subida irá provocar a submersão das áreas costeiras muito baixas e, por isso, alterar o traçado da costa. Assim, no caso de Portugal Continental, os exemplos a dar têm de ter implícito a ideia da formação de costas de submersão, podendo referir-se: à costa do noroeste português, originando uma costa mais recortada, do tipo das rias espanholas; a costas do tipo da «ria» de Aveiro, transformando o falso delta em golfo, ou da «ria» Formosa com o desaparecimento das ilhas e das dunas; a estuários, como, por exemplo, o estuário do rio Tejo ou o do rio Sado, criando golfos; a praias, como, por exemplo, a da Costa da Caparica, onde o mar poderá avançar até à arriba fóssil.

*In GAVE, Exame Nacional de Geografia A, 2009, 1.ª Fase.



- 1.1. Diminuem em latitude, de sul para norte, e do litoral para o interior.
- 1.2. Latitude.
- 1.3. A resposta deve basear-se no seguinte aspeto:
A influência do oceano Atlântico da maior ou menor proximidade ao oceano.
Os oceanos exercem uma ação moderadora sobre a temperatura cuja influência se faz sentir a uma maior ou menor extensão da linha de costa. Nas áreas mais próximas do oceano Atlântico regista-se uma maior influência dos ventos húmidos de Oeste, o que provoca uma amenização da temperatura do ar ao longo do ano na faixa litoral. Contudo, a influência do ar húmido marítimo sobre o território continental vai diminuindo de oeste para este, ou seja, à medida que aumenta a distância ao Atlântico (aumenta a continentalidade), uma vez os ventos húmidos de Oeste, ao longo do seu trajeto pela superfície continental, vão perdendo humidade, tornando-se mais secos, de forma mais gradual ou mais brusca, de acordo com a altitude e com a orientação das cordilheiras montanhosas em relação à linha de costa.
- 1.4. Braga: C.
Sagres: B.
- 1.5. A latitude de Portugal leva a que nunca receba os raios solares na perpendicular, o ângulo de incidência nunca é máximo. Contudo, a menor latitude de Sagres leva a que o ângulo de incidência dos raios solares seja nestas regiões superior ao que se verifica em Braga.
- 1.6. Os valores de temperatura diminuem de sul para norte, variando no sentido contrário ao da latitude. Assim, Braga, no norte do território continental, regista os valores de temperatura inferiores aos registados no sul, Sagres, uma vez que, devido à sua maior latitude: o ângulo de incidência dos raios solares é menor e a massa atmosférica a percorrer por estes é maior, o que provoca a diminuição do dia natural, da insolação e da radiação solar incidente por unidade de superfície e, consequentemente o decréscimo da temperatura. Contrariamente, no sul do território continental, o maior ângulo de incidência dos raios solares e a menor massa atmosférica por estes atravessada sobre esta região traduzem um maior dia natural, uma maior insolação e quantidade de radiação solar recebida por unidade, de superfície, o que leva a um aumento da temperatura.
- 2.1. A: soalheira.
B: umbria.
- 2.2. Vertentes soalheiras: vertentes que registam temperaturas do ar ao longo do ano mais elevadas, por receberem maior quantidade de radiação solar.
Vertentes umbrias: vertentes com temperaturas do ar mais baixas ao longo do ano, por receberem menor quantidade de radiação solar.
- 2.3. B.
- 2.4. Recebem uma menor quantidade de radiação solar por unidade de superfície, pois como estão expostas a norte, o ângulo de incidência dos raios solares é menor.

- 1.1. Energia Solar.
- 1.2. Renovável.



- 1.3. É universal, gratuita, não poluente e infinitamente renovável, sendo uma esperança para a procurada alternativa às fontes energéticas tradicionais não renováveis.
- 1.4. Aproveitamento energético, destinando-se à produção de eletricidade ou destinando-se a aquecimento e pode ter também um aproveitamento ao nível do turismo.
- 1.5. A elevada insolação do país leva a que este tenha excelentes condições para a potencialização da energia solar, a partir da qual se poderá registar: a diminuição da sua dependência energética face ao exterior; a diminuição do défice da balança comercial; a redução da emissão de dióxido de carbono para a atmosfera, o que vai minimizar o efeito de estufa, contribuindo para o combate às alterações climáticas; a promoção, a valorização e o desenvolvimento de um setor estratégico na economia nacional – o turismo.
- 1.6. Promove a redução da utilização de combustíveis fósseis, no qual se baseia o modelo energético nacional, de que Portugal é dependente, pois tem de recorrer à sua importação.

2. * A.

3. * Na resposta, deve ser explicada a importância, para Portugal, da energia solar, considerando, para cada um dos pontos, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes.

A redução da dependência energética: pelo aumento da produção de energia elétrica e térmica através da energia solar, reduzindo-se, assim, a importação de combustíveis fósseis; pela adoção de técnicas de construção que potenciem o aproveitamento da energia solar, reduzindo-se, assim, o consumo de energia para aquecimento ou arrefecimento dos edifícios.

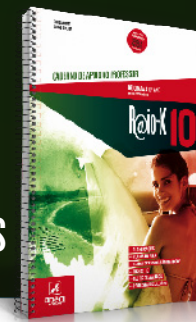
A valorização turística do território: através do aproveitamento dos elevados valores de insolação e de radiação solar que Portugal apresenta face a outros países europeus; através da dinamização de diferentes formas de turismo (turismo balnear, turismo da natureza, turismo cultural, turismo sénior, turismo de negócios) que permitam o aproveitamento da amenidade climática do país ao longo do ano.

*In GAVE, Exame Nacional de Geografia A, 2012, 2.ª Fase.

- 4.1. Alentejo.
- 4.2. Solar, eólica e biomassa.
- 4.3. Consumo, em 2020, de 45% de energia elétrica produzida através de fontes de energia renováveis.

PÁG 254

- 1.1. Anticiclone.
- 1.2. Horizontal: consultar página 231.
Vertical: consultar página 232.
- 1.3. Organismo isobárico fechado, em que a pressão atmosférica aumenta da periferia para o centro, sendo mais elevada no centro.
- 1.4. A.
- 1.5. Baixa pressão.
- 1.6. Dinâmico.
- 1.7. Surge devido aos movimentos da atmosfera, é permanente, ou seja, existe sempre ao longo do ano, podendo, no entanto, sofrer algumas oscilações em latitude ou diminuir de intensidade, consoante a época do ano, uma vez que este mecanismo acompanha o movimento anual aparente do Sol.

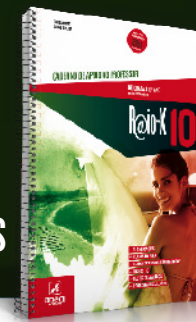


Assim, resulta do movimento ascendente do ar: o ar converge e ao convergir sofre uma inflexão sendo, por isso, obrigado a ascender, fazendo diminuir a pressão à superfície.

- 1.8. Céu muito nublado, ocorrência de precipitação, vento moderado ou forte.
- 2.1. É mais elevada nos meses de outono e inverno, diminuindo nos meses de primavera e verão. O mês mais chuvoso foi dezembro, 115,6 mm, e o menos chuvoso foi julho, 1,9 mm.
- 2.2. Os baixos quantitativos pluviométricos na primavera e no verão devem-se: à influência do anticiclone subtropical dos Açores; à influência da massa de ar tropical quente e seca; à elevada temperatura, que afasta o ar da saturação; ao deslocamento para norte das baixas pressões, sistemas e perturbações frontais. Os elevados quantitativos pluviométricos no outono e no inverno devem-se: à influência das baixas pressões subpolares; à influência dos sistemas frontais; à baixa temperatura, que leva a que o ar atinja mais facilmente a saturação.
- 2.3. Temperado mediterrâneo.
- 2.4. 5 meses.
- 2.5. Número de meses consecutivos em que a precipitação é inferior ou igual ao dobro da temperatura.
- 2.6. A resposta deverá incidir nas seguintes características:
A estação seca corresponde à quente e a húmida à fria; verões quentes longos e secos; invernos suaves e curtos; precipitação fraca e irregular; estação seca de maio a setembro (cinco meses); mês mais quente – agosto, 23,7° C; mês mais frio – janeiro, 11,7° C; mês mais húmido – dezembro, 115,6 mm; mês mais seco – julho, 1,9 mm.

PÁG 273

- 1.1. Douro.
- 1.2. Douro.
- 1.3. Vale em "V" fechado.
- 1.4. Predomina no curso superior, dominando a ação de desgaste, dado que a altitude e os declives são mais elevados a montante, o que provoca uma maior força da corrente.
- 2.1. Parte da precipitação que em média escorre à superfície e em canais subterrâneos.
- 2.2. O escoamento médio anual aumenta, grosso modo, do interior para o litoral. Os valores mais elevados nas áreas a jusante estão associados a serem áreas pluviosas, dado estarem sob uma maior influência dos ventos húmidos de oeste, das perturbações frontais e das baixas pressões subpolares. Nas áreas mais a montante, registam-se os valores mais baixos, por serem mais secas, dado que estão protegidas pelas montanhas concordantes (barreira de condensação), responsáveis pela perda de humidade das massas de ar oceânicas. Estas áreas sofrem também a influência dos ventos secos de leste.
- 3.1. Balanço hídrico equilibrado e ligeiramente negativo, devido ao contraste climático entre o noroeste e o nordeste, resultantes das temperaturas elevadas no verão que provocam um aumento da evapotranspiração potencial.
- 3.2. a) As bacias hidrográficas do norte registam um balanço hídrico positivo, ocorrendo os valores mais elevados nas bacias do Cávado e do Lima. A bacia hidrográfica do Douro apresenta um balanço hídrico equilibrado e ligeiramente negativo, devido ao contraste climático entre o noroeste e o nordeste, resultantes das temperaturas elevadas no verão que provocam um aumento da evapotranspiração potencial.



Contrariamente, as bacias hidrográficas do sul têm um balanço hídrico negativo, com a do Guadiana e a do Sado a registarem os valores mais baixos.

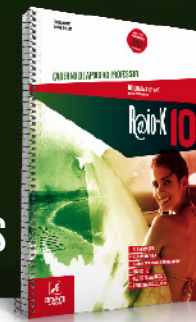
b) Balanço hídrico positivo.

- 3.3.** Cerca de 30% da água proveniente da precipitação perde-se para a atmosfera através da evapotranspiração. Dois aspetos fundamentais: o primeiro é o da abundância das chuvas e dos valores relativamente baixos de evapotranspiração, devido à atmosfera saturada em vapor de água e temperaturas amenas; o segundo é o da abundância de recursos hídricos daí resultante por unidade de área.
- 4.1.** Formação geológica que permite a circulação e o armazenamento de água nos seus espaços vazios, possibilitando o aproveitamento desta pelo Homem.
- 4.2.** Não se reduzem devido à deposição de detritos; estarem mais protegidos da poluição, o que reflete uma melhor qualidade da água; não sofrerem evaporação; não exigirem encargos de conservação.
- 4.3.** O seu esgotamento periódico, sobretudo, no verão; a sua progressiva salinização, nas áreas costeiras algarvias.

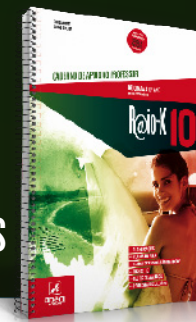
PÁG 285

- 1.1.** A resposta deve basear-se em aspetos como:
Existe um elevado consumo de água no setor agrícola, mas também existe um elevado desperdício de água, pois ainda utiliza sistemas de rega desadequados.
- 1.2.** A poluição da água devido: aos efluentes domésticos; aos efluentes agropecuários; à salinização; à eutrofização; à desflorestação.
- 1.3.** Relaciona, em percentagem, o consumo útil com a procura efetiva, ou seja, mede até que ponto a água captada é utilizada de modo a otimizar a produção com eficácia do serviço desejado nos setores agrícola, industrial e urbano.
- 1.4.** Através: da reutilização da água tratada; do transporte de água ser efetuado através de condutas fechadas, o que permite diminuir as perdas por evaporação e infiltração; da utilização de técnicas de rega, que maximizem o aproveitamento da água, através, por exemplo, da rega por computador, que regula a quantidade de água, de acordo com as condições de temperatura e humidade, a rega gota-a-gota, em que os tubos de distribuição de água possuem orifícios por onde a água é libertada, apenas onde é necessária, ou a rega por aspersão.
- 2.1.** Diretiva-Quadro da Água.
- 2.2.** Surge do facto de cerca de 64% do território continental de Portugal estar integrado nas bacias hidrográficas dos rios internacionais, afluindo no território nacional as águas provenientes de Espanha, o que traduz a dependência de Portugal em relação a Espanha em termos de recursos hídricos e acarreta problemas como: a construção de novas barragens ou a realização de transvases em Espanha; o aumento das situações de cheias, quando as barragens do país vizinho fazem descargas volumosas, sobretudo nos períodos húmidos; o armazenamento de água nas albufeiras espanholas, que provocam uma redução dos caudais, sobretudo em períodos de seca; a poluição das águas espanholas que se alastra para Portugal.
- 3.1.** * A.
- 3.2.** * C.

*In GAVE, Exame Nacional de Geografia A, 2010, 2.ª Fase.



- 1.1. Costa de arriba (alta).
- 1.2. Costa alta e escarpada talhada em afloramentos rochosos de elevado grau de dureza, como o granito, o xisto. Pode ser acompanhada por pequenas extensões de areia e falésias, muitas vezes só visíveis na maré baixa, pois, durante a maré alta, ficam submersas.
- 1.3. Costa de arriba alta.
- 2.1. Costa baixa e arenosa.
- 3.1. Estuário do Tejo.
- 3.2. Um dos principais acidentes da costa portuguesa, devido: à sua dimensão e riqueza ecológica, que permitiu o desenvolvimento das atividades portuárias; à sua humidade e riqueza ecológica que permitiram a constituição de reservas naturais.
- 3.3. 1 – Haff-Delta.
2 – Concha de São Martinho.
3 – Tômbolo de Peniche.
4 – Estuário do Tejo.
5 – Estuário do Sado.
6 – Lido de Faro.
- 3.4. a) Haff-Delta: resultou da regressão marinha, da acumulação de sedimentos transportados pelo rio Vouga (que constituíram pequenas ilhotas arenosas) e da deposição de areias pelas correntes marítimas, que a ocidente formaram um cordão arenoso de norte para sul, com aproximadamente 1 km de largura. Este cordão levou à necessidade de abrir um canal (barra artificial), que é constantemente assoreado, devido à contínua deposição de sedimentos marinhos e fluviais, para permitir o acesso das embarcações para o porto de Aveiro.
Tômbolo de Peniche: Istmo que se formou devido à acumulação de sedimentos arenosos transportados pelas correntes marítimas. Este uniu a pequena ilha, Peniche, ao continente.
b) Estuário do Sado.
Lido de Faro.
- 3.5. A costa portuguesa é pouco recortada, sendo os acidentes litorais os únicos locais abrigados dos ventos e das correntes marítimas ao longo do litoral, o que leva a que sejam muito importantes para a localização dos portos.
- 4.1. Upwelling.
- 4.2. Corrente de compensação de águas frias, ou seja, as correntes ascendentes (do fundo para a superfície) compensam as correntes descendentes (da superfície para o fundo).
- 4.3. A resposta deve basear-se no facto de:
Permitir o aumento de espécies piscícolas nas águas nacionais, como a sardinha, o carapau e a enchova.
- 5.1. ZEE nacional.
- 5.2. Prolongamento do Mar Territorial e a sua extensão é determinada a partir da linha de costa até às 200 milhas marítimas (cerca de 350 km).



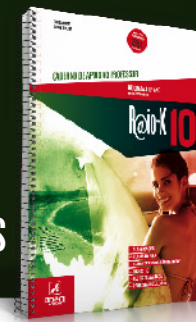
- 5.3.** Apesar de ser uma das ZEE mais extensas do mundo, esta não é muito rica em termos de espécies piscícolas e recursos minerais, devido: à plataforma continental, que é pouco extensa (30 a 60 km) e por isso limitada em termos de recursos biológicos, não havendo para além dela grande quantidade de bancos de pesca; à exploração intensa que tem sido feita na plataforma continental portuguesa.
- 5.4.** O alargamento da plataforma continental portuguesa poderá ser positivo para o país, quer ao nível de soberania sobre o espaço marítimo mais amplo, quer ao nível dos recursos naturais (como petróleo, gás natural, minérios e moluscos), pois apesar da extensão da ZEE nacional, esta não tem uma grande riqueza biológica em termos de recursos piscícolas e de recursos minerais.

PÁG 331

- 1.1.** As principais áreas de pesca (zona onde se efetua a captura) procuradas pela frota nacional localizam-se: no Atlântico Norte (Atlântico Noroeste - NAFO - Organização da Pesca do Atlântico Noroeste, e Atlântico Nordeste - NEAFC - Svalbard/Noruega e mar Irminger - Comissão da Pesca do Atlântico Nordeste); no Atlântico Central (Marrocos, Mauritânia e Guiné Bissau); no Atlântico Sul (Ilhas Falkland).
- 1.2.** Pesca longínqua (área de pesca) e pesca industrial (tecnologia utilizada).
- 1.3.** A reforma da PCP estipulou o aumento da quota do bacalhau em 20%, o que traduz um aumento das capturas que pode chegar às 7783 toneladas.
- 2.1.** Envelhecida.
- 2.2.** O envelhecimento e baixo nível de instrução e formação profissional dos pescadores nacionais reflete o pouco empreendedorismo, espírito de inovação e modernização, a baixa produtividade, a menor capacidade para compreender a necessidade de preservar os recursos existentes, através da prática de uma pesca seletiva que respeite as normas comunitárias.
- 2.3.** Promover condições aliciantes para os jovens em termos de trabalho e vida a bordo; aumentarem os apoios concedidos à frequência das ações de formação; medidas que aumentem os rendimentos dos pescadores.
- 3.1.** Cultura de espécies aquáticas em ambientes controlados pelo Homem, em água doce ou marinha.
- 3.2.** **a)** Predomina: o extensivo para a cultura de bivalves; o semi-intensivo e intensivo na produção de peixe em águas doces, salgadas e salobras, apesar do regime extensivo ser também utilizado em algumas zonas.
- b)** Em águas salobras e marinhas, a produção de peixe representou cerca de 40% da produção aquícola total, concentrando-se na produção de pregado, dourada. A produção de moluscos, como as amêijoas, e os crustáceos representaram cerca de 42% da produção total, apesar do decréscimo na produção de amêijoas; em águas doces, a produção de truta predomina.
- c)** Em água doce, a produção aquícola predomina na região Norte, devido à principal espécie produzida, a truta; em água salobra e marinha, a aquicultura desenvolve-se ao longo da costa, preferencialmente nos estuários e rias, destacando-se a principal região nacional de produção aquícola, a região do Algarve (ria Formosa), seguida das regiões Centro e Lisboa.
- 3.3.** A política comum das pescas visa o desenvolvimento de uma aquicultura sustentável, baseada no aumento da produção e no abastecimento de produtos do mar na UE, o que reduzirá a dependência de peixe importado e fomentará o crescimento em regiões rurais e costeiras.

PÁG 337

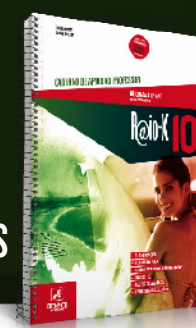
- 1.1.** Sobre-exploração dos recursos.



- 1.2. Poluição das águas nacionais; a pressão urbanística; a erosão e riscos de acidentes costeiros; os problemas institucionais.
- 1.3. A resposta deverá apresentar as seguintes medidas ou outras relevantes:
Estabelecimento de malhas mínimas das redes, com o objetivo de proteger os peixes jovens; estabelecimento de tamanhos e pesos mínimos por espécie a capturar; fixação anual das quantidades máximas de captura para as espécies sobre-exploradas. (Estas são fixadas pelos Estados-membros através da atribuição de quotas de pesca); determinação de limitações das atividades de pesca em determinadas zonas e também, nalguns casos, em determinadas épocas do ano.
- 2.1. Erosão da costa portuguesa.
- 2.2. O decréscimo dos sedimentos disponíveis para serem transportados pelas correntes marítimas, bem como os transportados pelos rios.
- 2.3. O avanço do mar sobre a costa, o que provoca o seu recuo: transgressão marinha.
- 3.1. Poluição das águas.
- 3.2. Derrame de petróleo ou outras substâncias por petroleiros acidentados (Portugal é atravessado por algumas das principais e mais movimentadas rotas de tráfego de navios para o Mediterrâneo, Norte da Europa, África e América incluindo muito do tráfego de petróleo mundial) ou pela lavagem de tanques (de onde provém a grande maioria dos hidrocarbonetos derramados), o que provoca as chamadas marés negras; descargas, efetuadas pelas indústrias, nos rios, que acabam por desaguar nas áreas costeiras. Assim, quer essas áreas quer as margens dos rios encontram-se muito poluídas, o que se reflete na mortalidade das espécies piscícolas; contaminação das águas fluviais e consequentemente das marítimas devido ao lançamento das águas provenientes da atividade agrícola, carregadas de pesticidas e fertilizantes.

PÁG 345

- 1.1. Alargamento da plataforma continental e potencialização da aquicultura.
- 1.2. O alargamento da plataforma continental consiste no aumento de 200 milhas para cerca de 350 milhas, o que permitirá o aumento da jurisdição nacional dos 1,8 milhões de km² para 3,6 milhões de km².
- 1.3. O alargamento da plataforma continental portuguesa poderá ser positivo para o país, quer ao nível de soberania sobre o espaço marítimo mais amplo, quer ao nível dos recursos naturais (como petróleo, gás natural, minérios e moluscos), pois apesar da extensão da ZEE nacional, esta não tem uma grande riqueza biológica em termos de recursos piscícolas e de recursos minerais.
- 1.4. A aquicultura é uma das soluções para o repovoamento dos mares e para o setor pesqueiro, sobretudo, numa altura em que cresce a consciência que os recursos dos oceanos não são inesgotáveis e que a sobre-exploração dos stocks pode pôr em causa a viabilidade económica das pescas e a manutenção e reprodução das espécies.
2. As medidas passam: pelo limitar o volume global de capturas, de uma determinada espécie, através do estabelecimento de um Total Admissível de Captura (TAC), que é repartido pelos Estados-membros através de quotas definidas; pelo mecanismo de troca de quotas com outros Estados-membros; pelas Organizações Regionais de Pesca, para águas internacionais (a atividade de pesca que se desenvolve tradicionalmente nas áreas NAFO e NEAFC); pelos acordos de parceria entre a Comunidade Europeia e países terceiros, para águas das respetivas Zonas Económicas Exclusivas (os acordos com Marrocos, a Mauritânia e a Guiné-Bissau).
- 3.1. Erosão costeira.



- 3.2. “A erosão costeira afeta atualmente 30 por cento da zona litoral de Portugal continental.”; mas «há locais em que a erosão chega a ser de 5 a 10 metros por ano».
- 3.3. Alcançar «uma zona costeira harmoniosamente desenvolvida e sustentável», com base numa «abordagem sistémica e de valorização dos seus recursos e valores identitários».
- 3.4. Planos especiais e articulados com os PDM e outros planos de ordenamento. A sua atuação é definida em faixas de proteção de acordo com cada plano. Na zona terrestre, a largura máxima dessa faixa não excede os 500 metros contados a partir da linha de costa e sobre a faixa marítima o seu limite máximo é a batimétrica dos 30 metros.
- 3.5. Caminha - Espinho; Ovar – Marinha Grande; Alcobaça – Sintra; Sintra – Sado; Cidadela – S. Julião da Barra/Cascais; Sado – Sines; Sines – Burgau; Burgau – Vilamoura; Vilamoura – V.R.S. António.
- 3.6. Defesa Costeira e Zonas de Risco, sempre que sejam detetados riscos passíveis de porem em causa a segurança de pessoas e bens localizados na faixa costeira; estudos, Gestão e Monitorização, de forma a suportar e fundamentar tecnicamente as ações e intervenções previstas e garantir a sua adequabilidade face aos processos e mecanismos evolutivos presentes na faixa costeira; planos de intervenção e projetos de requalificação, intervenções de requalificação e valorização da orla costeira previstas, designadamente planos de praia e ações enquadradas em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, e ainda outras integradas nas operações Polis.
- 3.7. A erosão costeira e a elevada pressão sobre a linha de costa afeta uma percentagem significativa do litoral nacional e tem originado a artificialização da linha de costa, a degradação e destruição dos sistemas naturais e o empobrecimento paisagístico. Assim, o ordenamento do litoral, através por exemplo, dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), procura atenuar e inverter esse problema. Os POOC têm como objetivo o desenvolvimento da orla costeira e a promoção da defesa e conservação da natureza. Estes planos são fundamentais: na promoção e ordenamento dos diferentes usos e atividades; na valorização e qualificação das praias; na regulamentação do uso balnear, na valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas ao nível ambiental e turístico.